DOI: 10.5418/RA2015.1116.0001

O CAPÍTULO 24 E O SEGREDO DA ATUALIDADE ANALÍTICO-ESTRUTURAL DO *CAPITAL* DE MARX[1]

CHAPTER 24 AND THE SECRET OF CURRENT ANALYTICAL-STRUCTURAL OF THE CAPITAL WRITTEN BY MARX

CAPÍTULO 24 Y - EL SECRETO DE LA ACTUALIDAD DE LA ANALISIS ESTRUCTURAL ANALÍTICA DE MARX

Ruy Moreira

Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor aposentado pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor permanente do curso de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) da UFF. Professor-visitante do curso de graduação e professor permanente do Programa de Pós-graduação (Mestrado) em Geografia da FFP-Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Geociências. Av. Litorânea, s/n. Boa Viagem. Niteroi, RJ - Brasil.

E.mail: ruymoreira@uol.com.br

RESUMO

O Capítulo 24 de *O Capital* só agora começa a ter sua compreensão e significado clarificado, mercê as transformações contemporâneas do socialismo e do capitalismo no mundo.

Palavras-chave: transição, acumulação primitiva e espaço geográfico

ABSTRACT

The Marx *Capital*`s chapitre 24 is object of a new lecture today, its means and comprehension, with great refletions in the geographical explication of the configurations and organization of different places.

Keywords: transition, primitive acumulation and geographical space

RESUMEN

El Capítulo 24 del Capital sólo ahora empieza a tener su comprensión y significado aclarado, gracias a las transformaciones contemporáneas del socialismo y el capitalismo en el mundo.

Palavras-clave: transición, la acumulación primitiva y espacio geográfico

[1] Texto de intervenção no grupo de estudos Geomarx

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A noção de que a acumulação primitiva abre e fecha a transição do feudalismo para o capitalismo, confundindo acumulação primitiva e transição conceitualmente, foi um equívoco teórico que só com o fim da experiência de construção socialista na URSS e demais países veio à tona. De um lado porque impediu compreender-se criticamente o que lá se passava: o vínculo dos problemas da construção do socialismo nesses países com o emprego da chamada acumulação primitiva socialista. De outro, porque impediu a compreensão do caráter de reprodução das relações de produção como fundo de essência do movimento processual do capitalismo, o que demanda a presença estrutural-estruturante permanente da acumulação primitiva, que julgava-se concluída junto com o fim da transição.

O SIGNIFICADO DO CAPÍTULO 24

Tomado como um parêntesis histórico entre os capítulos da análise lógico-estrutural do modo de produção capitalista, o Capítulo 24, *A assim chamada acumulação primitiva do capital*, hoje é conceitualmente mais que isso, encerrando um plano de fundamento teórico-metodológico que só agora ganha força expressiva. Entendida como a separação histórica entre os trabalhadores e as condições de trabalho através da qual o capitalismo se implanta estruturalmente como nova forma de sociedade, a acumulação primitiva é hoje concebida como um processo que empresta essa propriedade ao movimento de transição, classicamente do feudalismo ao capitalismo, mas também ao período posterior quando o capitalismo se encontra já implantado, respondendo pela permanência estrutural do sistema enquanto processo que o reproduz continuamente nos mesmos termos genéticos, incidindo agora como reafirmação processual da estrutura seccionada então historicamente formada. Assim, acumulação primitiva e transição distinguindo-se como conceitos e processos.

Tal distinção decorre de a acumulação capitalista definir-se antes de tudo como a forte concentração do dinheiro em poucas mãos daí decorrente, esta concentração devendo ser produzida e reproduzida no tempo permanentemente. Daí o significado de primitiva, a alusão de uma assim chamada, o significado referindo-se à condição do estao concentracionário que deve ser sistemicamente reafirmado no curso da história do capitalismo. Produzida na transição, tal estrutura deve se reproduzir ciclicamente junto ao todo reprodutivo, que é a dinâmica característica do modo de produção capitalista. De modo que a transição é o momento histórico de instituição. E a acumulação primitiva o *ad eternum* que o inaugura e repete continuamente.

São, pois, dois processos históricos que assim se distinguem e se confundem. A transição supõe a acumulação primitiva e se esgota tão logo o sistema completa seu circuito

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

constitutivo na história. A acumulação primitiva a constituição e a seguir garantia da repetição do momento inaugural da estrutura societária já agora consolidada.

Não é assim que a tradição marxista viu, no entanto, o conteúdo e motivo do capítulo 24. Antes, compreendeu-o como o recurso com que Marx teria respondido a uma necessidade de elucidação didática, interpondo um capítulo de clarificação histórica aos capítulos de pura análise lógico-estrutural. Assim como faz com outros tantos capítulos, a exemplo do 11, 12 e 13, vendo-se nestes e no capítulo 24 um Marx de tom quase professoral, clarificando e arrematando com leveza um texto que sem eles seria pesado e pouco compreensível.

A seqüência evolutiva do capitalismo em sua marcha rumo a formas sempre novas, a exemplo da passagem à fase imperialista da virada do século XIX-XX, e agora à global-rentista do presente, fez, entretanto, do capítulo 24 um recurso antes de tudo teórico e de método, típico do estilo de Marx de plantar, aqui e ali, no andamento analítico, a explicitação de um modo de produção não tão simples assim de se compreender, lançando algumas chaves de entendimento, que, só à frente, virá ganhar claro significado, à exemplo do clássico Capítulo *VI (inédito)*, retirado do livro 1 para encaixe mais apropriado adiante, num ponto mais adequado, e posteriormente publicado pelo Instituto Marx-Engels, de Moscou, como livro à parte (Marx, 1975; e Napoleoni, 1981).

O PROCESSO DA TRANSIÇÃO

A possibilidade do dinheiro se acumular e virar capital em poucas mãos é função do surgimento acoplado e simultâneo do mercado de terra, mercado da força de trabalho e mercado do dinheiro no curso do processo da transição. Trata-se de um conjunto multifacetado de mudanças com o qual se quebra o elo estrutural integralizado que envolve o homem, a terra e a sociedade na contextura de unidade que é própria do feudalismo, pulverizando-a fragmentariamente em proveito da centralidade processual do dinheiro. Entende-se como isto o processo da transição.

A transformação da terra em mercadoria – de bem imóvel em bem móvel – supõe a expropriação aos reais detentores e é condição necessária desta ser tornada capital. Marx analisa-a na seção 2 (*Expropriação da terra pertencente à população rural*), logo após a seção 1 (*O segredo da acumulação primitiva*), dedicada à crítica do conceito de acumulação primitiva então existente, a acumulação prévia de Smith e antecedentes. O processo segue uma sequencialidade temporal sinuosa, antes que uma linha reta. E faz referência aos acontecimentos da Inglaterra, onde ele segue três distintas modalidades: a expropriação das terras comunitárias ao campesinato, o confisco das propriedades seculares da igreja católica e a repartição privada das terras estatais entre os landlords pelo

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Parlamento. As terras comunitárias são um dos anéis da configuração espacial em grandes faixas do feudo, consagrado ao uso pastoril. Sua transformação em bem móvel e capital começa com os cercamentos (enclosures), que as tornam terras para criação de ovelhas para o mercado lanígero criado pela expansão da manufatura, avançando em seguida para as terras contíguas dos anéis de lavoura, desalojando, expropriando e expulsando o campesinato seu ocupante. O passo seguinte é o confisco das terras da Igreja, motivado e justificado no conflito Estado-Igreja que instaura o anglicanismo no lugar do catolicismo em toda a Inglaterra. Por fim, vem a distribuição das terras do próprio Estado, quando, de dominantes fundiários os landlords emburguesados, tornam-se também hegemônicos sobre o Parlamento e classe detentora direta do poder do Estado. O estímulo por trás dessas metamorfoses é a transformação da terra de fonte de renda fundiária feudal em meio de produção de mercadorias, materiaizando a seqüência de mudanças que vêm se dando nas relações da produção e do trabalho agrários desde os primórdios que antecedem os cercamentos, razão porque a seção 2 se desdobra nas seções 4 (*Gênese dos arrendatários capitalistas*) e 5 (*Efeito retroativo da revolução agrícola sobre a indústria. Criação do mercado interno para o capital industrial*), onde o tratamento analítico-processual da constituição do mercado de terras ganha seu necessário complemento. Marx insiste em que a transformação e conversão da terra a um só tempo em bem móvel, meio de produção de mercadorias e mercado de terras é o fruto em si dum conjunto de mudanças nas relações de produção e do trabalho agrárias que se iniciam na Inglaterra antes mesmo da transição ao capitalismo, relacionadas à crise estrutural do sistema feudal. Mudanças que vão acentuar-se no cercamento das terras comunais nos séculos XIV-XV, acelerar-se no confisco de terras da Igreja nos séculos XVI-XVII e culminar na distribuição das terras públicas pelos landlords nos séculos XVII-XVIII, via o Parlamento e em proveito deles próprios. Só, então, tem início a transição. É, assim, que no século XIV, observa Marx, praticamente se há extinto a servidão feudal, em proveito do surgimento de um campesinato livre ("Na Inglaterra, a servidão havia praticamente desaparecido na segunda metade do século XIV. A maioria da população consistia assim já naquela época, e mais ainda no século XV, em camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse o rótulo feudal a encobrir sua propriedade" – pág. 788), campesinato que vai ser o ponto de partida do surgimento do arrendatário e do arrendamento capitalista, e elo chave, assim, da transição. A depender do lugar, vigia o trabalho assalariado, o arrendamento, a produção domiciliar ou o combinado dessas novas relações agrárias. Agora a caminho da transição capitalista. E é o arrendamento que guarda, em si, propriamente relação real com o surgimento do mercado de terras, o arrendatário vindo ele mesmo da conversão do camponês de servo da gleba numa espécie de transformação em camponês meeiro que

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

mantém com o proprietário – o landlord – uma relação de renda-em-produto e/ou renda-em-dinheiro, assim convertendo-se, com o tempo, no arrendatário capitalista, que então se emancipa, se enriquece e se emburguesa com os lucros da acumulação agrária. Ponto-chave dessa conversão ("Ele investe uma parte do capital agrícola, o landlord a outra") é então a natureza, geralmente longa e lentamente renovada, do contrato de arrendamento, progressiva face à lentidão costumeira do mercado manufatureiro. Outro ponto é a própria marcha expansiva do mercado manufatureiro de cereais, lã e carne, e da disponibilidade do trabalho assalariado, valorizando o preço e ampliando o lucro do negócio agrário. A contrapartida é a liberação de meios de subsistência, matérias-primas agrícolas e força de trabalho, que vão então desaguar na aceleração expansiva da manufatura.

A formação do mercado de força de trabalho é um processo simultâneo e interligado a essa formação do mercado de terras. Tema por isso da seção 3 (*Legislação sanguinária contra os expropriados desde o final do século XV. Leis para compressão dos salários*), desdobrado diretamente da seção 2. Trata-se de uma das seções mais contundentes do capítulo 24 (senão do próprio *O Capital*). Não é, todavia, um efeito imediato e direto da expropriação camponesa, dele também fazendo parte a dissolução e liberação da força de trabalho das corporações de ofício, os artesanatos urbanos localizados nas maiores cidades. Isto porque, além da liberação, tal formação demanda um período de disciplinarização que aqui e ali vão ajustando a massa camponesa e artesanal a um estilo capitalisticamente regulado de regras de trabalho e modo de vida. O fato é que a indústria e a cidade não absorvem no mesmo ritmo a multidão desapropriada e sua dispersão em sua busca de formas de sobrevivência num sistema que a desdenha e condena por vagabundagem e vadiagem, numa imagem criada na justificativa do implante de um mecanismo social feito à base da violência e do trabalho compulsório, visando impedi-la de fuga e mantê-la sob controle. Não é menor a situação repressiva para aqueles que encontram emprego nas manufaturas, subordinados à mesma legislação subordinante. Do século XV aos séculos XVIII-XIX, todo um conjunto de instituições extra-econômicas ligadas ao Estado, instituições de filantropia e da Igreja é assim criado, no mister do controle e amoldamento. Até que, consolidado, o mecanismo transforma a massa então expropriada e perambulante num mercado estruturado de trabalho.

A formação do mercado do dinheiro, por fim, conclui e dá curso a todo esse movimento de passagem, orientando o fluxo da moeda no sentido de, na sua lógica e termos, organizar o conjunto das relações e trocas do sistema econômico em desenvolvimento, concentrando em poucas mãos de capitalistas a propriedade da massa do dinheiro circulante. Aqui, são múltiplos os meios e mecanismos de intervenção. O sistema colonial é o mais importante, senão um deles. Fonte regular e em grande escala do fluxo de ouro e prata, o sistema colonial

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

vai alimentar o fabrico e entesouramento da moeda nas fronteiras internas do Estado-nação em desenvolvimento. Processo de que o mercantilismo será a ideologia de legitimação por excelência, naturalizando a apreensão dos nativos e o tráfico de escravos que vão fazer a fortuna dos Estados e comerciantes. A dívida pública é um outro meio, alicerçado na oferta do crédito farto ao endividamento dos governos. São enormes as despesas do Estado tornado artífice e caudatário de toda a truculência e trucagem da transição em curso. O comércio e guerras comerciais marítimas, o mecanismo de repressão a vadios e vagabundos, a sustentação da corte e da máquina burocrática que cresce incessantemente, são algumas entre as tantas fontes de despesa que alimentam o sistema de crédito e induzem ao avanço da pletora de títulos de dívida pública, ao crescimento imponderável do negócio de papéis, das ações de sociedades de financiamento, que acabam por ser outras tantas formas de emissão de dinheiro, alavancando a importância e presença da bolsa e dos bancos num sistema bancocrático nacional e internacional de endividamento do Estado. Outro meio é o sistema tributário, tornado o outro lado do sistema de endividamento público. Sem meios próprios que não este, a dívida pública é paga com o implemento dum sistema de taxas e tributos num ciclo vicioso de impulso recíproco de empréstimos e endividamentos que cresce incessantemente. Outro meio, por fim, é o sistema de protecionismo, que põe os Estados em disputa metalista (incorporação e entesouramento estatal-nacional da moeda), o acúmulo metálico contrapondo o interesse de uns contra os outros.

Não por acaso, Marx analisa a formação do mercado do dinheiro justamente na seção 6 (*Gênese do capitalista industrial*). Estranhamente, na aparência, uma vez que todo o movimento de transição visa converter o sistema M-D-M, mercantil simples, que o feudalismo em ruínas faz florescer com o nascimento do campesinato moderno, no sistema D-M-D´, mercantil capitalista, instituinte do domínio e governo centralista do circuito do dinheiro, o dinheiro aparecendo como forma por excelência do capital e seu movimento flagrantemente.

Simbióticos e simultâneos, o mercado de terras, de força de trabalho e do dinheiro juntam-se para transformar o circuito M-D-M no circuito D-M-D`, invertendo a relação moeda e mercadorias então existente, o dinheiro convertendo-se de meio de troca (é a mercadoria que circula, o dinheiro mediando essa circulação no circuito M-D-M) em capital (é o dinheiro que agora circula, a mercadoria, portadora da mais valia, mediando a circulação-realização do valor em escala ampliada do dinheiro-capital no circuito D-M-D´). Todavia, é a indústria o real impulsor e conversor da transição. A manufatura, ainda no tempo M-D-M, a fábrica no tempo D-M-D´.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A manufatura é a indústria do período de transição, a unidade de produção em cujo seio se instala a relação capital-trabalho que no âmbito agrário há tempo vem substituindo a relação de produção e trabalho antiga. A cooperação, embrião do valor de troca (quantidade média de tempo de trabalho socialmente necessária para a geração do produto) e do trabalho abstrato (o coletivo dos trabalhos individuais que a manufatura reúne ainda em cooperação simples em seu âmbito), é seu elemento constitutivo, trazendo, como numa espécie de seção nova, ou subseção da seção 6, o tema do capítulo 11 (*Cooperação*) para dentro do capítulo 24, Marx, embora, opte por situá-lo preferencialmente junto aos capítulos 12 (*Divisão do trabalho e manufatura*) e 13 (*Maquinaria e grande indústria*), numa trilogia analítica do mundo técnico do trabalho e das formas do mais-valor. E é, pois, a marcha da manufatura rumo à grande indústria que dá o rumo da constituição e consolidação do capitalismo como um sistema D-M-D` de estrutura e mercado. Marx esclarece esse caráter relacional no capítulo 25 (*A teoria moderna da colonização*), espécie de metáfora com que glosa o ato de Wakefield de querer implantar o capitalismo nas colônias sem levar consigo as relações de produção e trabalho capitalistas! Capítulo que, a exemplo do 11, bem poderia inscrever-se como uma seção nova do capítulo, logo a seguir à seção 6.

Com o circuito D-M-D´ vêm, assim, as contradições do sistema capitalista maduro, analisadas na seção 7 (*Tendência histórica da acumulação capitalista*), fase conclusiva da transição. E com esta o processo e o desdobramento temporal da acumulação primitiva.

A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E SUAS FORMAS NA HISTÓRIA

A transição se faz, assim, em cada contexto, sobre o eixo definido nacionalmente como o eleito dentre os vários constitutivos da acumulação primitiva. Esta é de faticidade múltipla e voltada para fazer da transição o veículo de si como um processo acumulativo mais e mais concentrado do dinheiro em mãos cada vez mais restritas de capitalistas. É assim que a transição em dado momento completa seu ciclo, a acumulação primitiva prosseguindo o seu por dentro do circuito D-M-D´ para vir a se constituir a ampliação reprodutiva da concentração já realizada do dinheiro em poucas mãos de capitalistas.

São os marxistas da segunda geração, Rosa Luxemburgo e Rudolf Hilferding, em particular, a braços com a tarefa de explicar a passagem ao estágio monopolista que o modo de produção capitalista experimenta no trânsito das décadas finais do século XIX para as iniciais do século XX, que isto vão perceber. E assim clarificar um universo não de todo firmado de conceitos, demarcando-os e explicitando-os em suas funções e temporalidades distintivas. Partem, todavia, da própria forma como Marx designa o capítulo 24 – fala de uma assim chamada acumulação primitiva –, e da forma como este vaticina as revoluções

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

socialistas na seção 7, numa conotação de transição que fecha a fase histórico-constitutiva do capitalismo, mas para deixar para a transição capitalista ao socialismo o fundamento do escorço histórico-crítico da reflexão sobre a acumulação primitiva como um capítulo analítico. Marx e seus discípulos pensam no processo à escala mundial. Luxemburgo à luz da categoria da reprodução (Luxemburgo, 1984 [1913]). Hilferding do monopolismo bancário (Hilferding, 1985 [1910]). Lênin da formação social. Aqueles com fundo na teoria do imperialismo (Moreira, 2012).

Buscando explicar o mecanismo pelo qual o capitalismo entra combalido e sai refortalecido de suas fases de crise e expansão cíclicas, uma de suas principais leis de movimento, Luxemburgo localiza-o na reprodutibilidade do esquema D-M-D´, mostrando a impossibilidade do valor realizar-se integralmente nas fronteiras internas do Departamento I (meios de produção) e Departamento II (meios de consumo), integralizando-se só na medida da relação recíproca que o capitalismo estabeleça com a reprodutibilidade das sociedades extra-capitalistas territorialmente dispersas pelo mundo. Motivo pelo qual reje-o, também, a lei de mundialização ininterrupta de seu circuito reprodutivo. Capitalismo e extra-capitalismo entrelaçam-se, pois, em escala mundial, e cada vez mais francamente, tal como no passado Marx entrevira para a transição feudal-capitalista, então restrita a alguns países como a Inglaterra, Luxemburgo, entretanto, olhando para um capitalismo já transitado e agora mais que tudo monetária e financeiramente concentrado e monopolista.

A situação se repete com Hilferding, no contexto específico do capitalismo Austro-húngaro, amplamente desenvolvido. E vê que o problema se inscreve no esquema da reprodução do capital-dinheiro de um capitalismo totalmente transformado pela hegemonia e domínio do capital financeiro, que Hilferding localiza, na sua origem, na fusão do grande banco com a grande indústria. A concentração se dá, aqui, numa espécie de sístole e diástole que captura e bombeia um dinheiro difuso, via ação capilar dos bancos. E que, tal como na acumulação primitiva da transição capitalista vista por Marx, agrega nas poucas mãos da aristocracia agora industrial-bancária a monopolização do dinheiro, apoiado aqui num sistema de sociedade por ações de empresas bancárias e industriais modernas, tal qual e sem nada dever no sistema bolsista-bancocrático assentado no controle do crédito, no endividamento público e no comprometimento tributário, do período da transição inglesa (Hilferding, 1985).

A TRADUÇÃO ESPAÇO-CONTEXTUAL NECESSÁRIA DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E DA TRANSIÇÃO

A leitura de Luxemburgo e Hilferding, porque já analiticamente a de Marx, chama,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

assim, para além da distinção dos processos e conceitos, para o viés claramente distintivo das contextualidades geográficas, nas quais transição e acumulação primitiva ocorrem e acabam por se combinar sob forma de ocorrência muito própria, gerando, em consequência, uma distinção conceitual do modo de produção e da formação social que Lênin viu necessário traçar em sua análise do desenvolvimento russo, a acumulação primitiva dando o tom dos rumos da transição, a formação social russa por isso guardando em suas características e estrutura o modo próprio de sua forma de acasalamento (Lênin, 1982 [1899]).

É assim que se na Inglaterra é o cercamento de terras, com a resultante expropriação e proletarização do campesinato, o eixo fundante da transição, em outros contextos o eixo vem a ser um dos demais temas investigados nas seções que pluralizam a estrutura temática do capítulo 24, variando nacionalmente. Um quadro obviamente não visto por Marx! Assim, na Austro-Hungria o eixo é a concentração bancária do dinheiro, até então socialmente difuso, que joga o sistema na fundação e domínio direto do capital industrial-financeiro. Nos Estados Unidos é a Guerra de Secessão, com a expropriação e concentração monopolista dos bens da aristocracia escravocrata sulista derrotada que põe o dinheiro nas mãos das forças industrial-bancárias da vitoriosa burguesia nortista. Na Rússia pré-revolucionária foi a segunda servidão, que liberta, mas ao preço de indenizações, o campesinato da nobreza fundiária, num ato que a Rússia Soviética revivifica nos empréstimos compulsórios cobrados ao proletariado e nas cotas, espécies e baixos preços dos produtos agrícolas cobrados ao campesinato designados eufemisticamente de acumulação primitiva socialista. No Brasil, é a renda capitalizada, liberada como massa fantástica de meios monetários pela abolição da escravatura, investida infraestrutural e industrialmente pelos grupos privados e pelo Estado.

Não foi, entretanto, entendido assim pela tradição marxista. O modelo inglês, tomado como processo clássico, depois tornado modelo único, das enclosures, vira referente teórico obrigatório. Transição e acumulação primitiva tornam-se sinônimos. Pouco importando a diferença de processo e nomenclatura na obra de um Marx fortemente exigente em rigor analítico e de conceito. A expropriação-proletarização do campesinato vira via axial por excelência. O capitalista um modo de produção de tendencialmente único-obrigatório no planeta. O tempo dissolvendo e logisticizando com um peso de território o papel do espaço. Marx e seus textos transformados, assim, numa espécie de status congelado. De que os marxistas que se lhe seguem no tempo, transformados em repetidores puro e simples, aparecem como seguidores que pouco adendaram de recurso analítico e conhecimento.

A dificuldade e a necessidade de compreensão da experiência soviética e outras experiências como um problema teórico a resolver-se, bem como de se explicar uma contemporaneidade capitalista aparentemente carregada de repetição das formas de

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

acumulação primitiva pretéritas, trazem, pois, aqueles e outros teóricos de volta. Retomada que enceta o debate dos conceitos que envolvem a acumulação capitalista – tema que já nos anos 1970 domina o universo da reflexão marxista sobre a transição capitalista (Mariutti, 2004), logo tornada reflexão sobre a transição socialista (Bettelheim, 1976, 1983 e 1984; Sweezy, 1981; Amin, 1986) e agora das similitudes hodiernas da acumulação primitiva (Harvey, 2004 e 2010) –, e requer a leitura geográfica dos espaços do capitalismo que então se impõe e se faz necessária. A partir do eixo reitor de acumulação primitiva que faz de cada caso nacional um caso de ordenação e explicação cartográfica própria.

A ATUALIDADE DOS CONCEITOS

Definido como o processo histórico que separa o trabalhador e a propriedade das condições de realização do trabalho ("A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre o produtor e os meios de produção" – pág. 786), Marx pôs a acumulação primitiva no âmago mais íntimo da estruturação sistêmica do modo de produção capitalista em desenvolvimento, colocando-a, por consequência, no epicentro de uma relação cuja característica é necessariamente a de ter sempre que reproduzir-se. É justamente este vínculo orgânico com a repetição da separação histórico-estrutural dos produtores reais com os meios de produção do período da transição que leva Rosa Luxemburgo a cogitar de caráter histórico de permanência da acumulação primitiva, visualizando-a processual e estruturalmente então dentro do capitalismo maduro e plenamente desenvolvido, numa revisão para além do uso e compreensão do conceito habitual de Marx.

É que para Luxemburgo, como para seus pares Hilferding, Bauer, Lênin, Trotsky, Bukharin, crítico-analíticos do capitalismo mundializado e monopolista de pelo menos três décadas passadas de Marx (Anderson, 2004), dois momentos derivados e contínuos se apresentam em vínculo com a transição: a separação entre produtores e meios de produção e a conseqüente concentração em mãos restritas do capital-dinheiro assim formado. E é essa concentração e seu movimento contínuo de reprodução que então sistemicamente se pede – a sístole-diástole de Hilferding – o que define e distingue o conceito e contemporaneidade da acumulação primitiva, em sua comparação e história interativa com o movimento da transição pura e simples, levando a diferir, por consequência, as formas-momentos da transição e da acumulação primitiva em cada contexto geográfico de país. É ela que num ritual se repete, lembrando a repetição do momento inaugural do nascimento de cada ser humano novo, ato de começo que se repete para início de cada ciclo repetitivo da reprodução capitalista. E que leva cada contexto de espaço a distinguir sua forma histórica

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

da transição, modo estrutural de implantar-se e reflexos de herança que mais para frente vai perceber. A acumulação primitiva que modeliza-se, modelizando as dimensões de espaço-temporalidade que começamos a compreender.

BIBLIOGRAFIA

1. AMIN, Samir. **O futuro do maoismo**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1986.
2. ANDERSON, Perry. **Considerações Sobre O Marxismo Ocidental**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2004.
3. BETTELHEIM, Charles**. A luta de classes na União Soviética**: volume I – primeiro período (1917-1923); volume II – segundo período (1923-1930); volume 3 – terceiro período (1930-1941), os dominados. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976 e 1983. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1984.
4. HARVEY, David**. Para entender O Capital** – volume 1 (livro I). Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2010.
5. _____. A acumulação por expropriação. *In*: **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
6. HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
7. LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
8. LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1984.
9. MARIUTTI, Eduardo Barros. **Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo.** São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
10. MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: **O Capital – livro 1** - O processo de produção do capital, capítulo 24. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2013.
11. _____. *Capítulo VI (Inédito de* **O Capital***)*. Resultado do processo de produção imediato. Lisboa: Escorpião Editorial, 1975.
12. MOREIRA, Ruy. Da partilha territorial ao bioespaço e ao biopoder. In: _____. **Geografia e práxis**. A presença do espaço na teoria e prática geográficas. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
13. NAPOLEONI, Cláudio. **Lições sobre o capítulo sexto** (inédito) de Marx. São Paulo: Editora de Ciências Humanas, 1978.
14. SWEZZY, Paul. M. Lições da experiência soviética. In: _____. **A sociedade pós-revolucionária.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Artigo recebido em 27 de dezembro de 2015.
Artigo aceito em 31 de dezembro de 2015.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X